

Texto parcial da palestra apresentada durante o 7º Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias em novembro de 2014, publicado com autorização do autor.

DE VIAGEM SOLITÁRIA AO ATIVISTA

João W. Nery¹

Introdução – Breve histórico

Nasci no Rio de Janeiro em 1950 e vivi até os 27 anos com um corpo de anatomia feminina. Formei-me em Psicologia com especialização em Sexualidade e Gênero. Fui mestrando em Psicologia Educacional, lecionei em três universidades, além de ter mantido um consultório de psicoterapia, ainda com uma identidade social feminina. Fiz a mamoplastia masculinizadora e a pan-histerectomia, durante a ditadura militar, em 1977, vinte anos antes das cirurgias serem legalizadas. Aos 37 anos, assumi a paternidade da gravidez da minha mulher e conto para o meu filho, na época com 13 anos, a minha história, o que nos aproximou mais. Hoje ele está com 26 anos, possui nível superior de escolaridade, trabalha e é casado com uma mulher. Fatos que desmistificam que pais transexuais não podem ter filhos saudáveis.

A mídia me considera o primeiro homem transexual operado no Brasil. Na época, por falta de uma legislação própria para a condição transexual e por minha iniciativa, tirei uma nova documentação para poder me articular socialmente. Como consequência, perdi todos os meus direitos anteriores, inclusive o meu currículo escolar e profissional, tornando-me um analfabeto. Passei então a exercer várias profissões para poder sobreviver: pedreiro,

¹ Graduado em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor universitário, psicoterapeuta e pesquisador em Gênero, especialista em Sexologia pelo Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE), ex-mestrando em Psicologia da Educação pela Universidade Gama Filho (UGF). Depois da publicação de *Viagem Solitária – Memórias de um transexual trinta anos depois* e depoimentos na mídia, tornou-se referência nacional como ativista pelos direitos da causa [LGBTTI.] E-mail: joaownery1@gmail.com

vendedor, cortador de confecção de roupas, massagista de *shiatsu*, entre outras.

Escrevi dois livros autobiográficos: *Erro de Pessoa – Joana ou João* (1984, Editora Record) e *Viagem Solitária – Memórias de um transexual trinta anos depois* (2011, Editora Leya). O segundo é uma atualização e continuação da minha história. A realização da primeira publicação devo à ajuda de Ruth e Antônio Houaiss – ele me presenteou com o texto da orelha do livro, concluindo-o com uma sábia frase: “Leiam e humanizem-se”. No segundo, tive a ajuda para a publicação de Mary e Zuenir Ventura e a trajetória do livro segue até os meus 61 anos de idade. O livro *Viagem Solitária* foi agraciado com dois prêmios de Literatura: o Prêmio Astra, da Associação de Travestis e Transexuais do RJ (2011) e o da 10ª Parada Gay de São Paulo (2012). Em 2011, recebi o prêmio Arco-Íris de Direitos Humanos na categoria ‘Visibilidade Trans’, dado pela 16ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro. Atualmente, a obra está sendo roteirizada para um longa-metragem de ficção.

Saindo do armário

Fui obrigado a exercer o anonimato por mais de três décadas. Como a sociedade hoje está mais preparada para essa discussão, para dar maior credibilidade à publicação do meu segundo livro, resolvi me tornar visível e aceitar os convites da mídia. Dei depoimentos para programas de TV² (De frente com Gabi, Superpop, Programa do Jô, Altas Horas, A Liga, Balanço Final, Provocações, Canal Fiocruz, Tabu Brasil – Nat Geo, entre outros), entrevistas para jornais e revistas de circulação nacional e internacional. Participei como palestrante em congressos, seminários e mesas-redondas, em universidades e ONGs pelo Brasil, divulgando a minha história e contribuindo para a reflexão sobre a diversidade sexual e os direitos humanos.

Nunca imaginei que ao lançar meu segundo livro a minha vida mudaria radicalmente. Não mais como um *freak* de Joana para João, mas como um

² Entrevistas disponíveis no YouTube: www.youtube.com/playlist?list=PL6A63F8F265F760DF.

elemento visibilizador de um segmento praticamente desconhecido – os transhomens.

Muitas pessoas começaram a identificar amigos, parentes ou a si próprias com a minha história. A procura por ajuda em todos os níveis foi tão grande, que me vi obrigado a me familiarizar com as redes sociais para atender aos pedidos: eram pais de trans me pedindo orientação; filhos que não sabiam como se assumir perante a família ou a sociedade; transhomens que até então se autodeclaravam lésbicas masculinas, por desconhecerem outras categorias, ou que já tinham tentado suicídio e viviam a base de antidepressivos; pedidos de indicação de profissionais especializados; travestis e transmulheres, que surpresas, perguntavam se tínhamos ou não pênis e até heterossexuais homofóbicos, que vieram me agradecer por terem se libertado do preconceito com a leitura do livro. Tornei-me uma espécie de ‘psicólogo virtual’.

Desde que me tornei um ativista, minha luta passou a ser pelos Direitos Humanos, não se restringindo à causa LGBT.

Fui rompendo alguns tabus dentro da própria comunidade trans: quando não neguei meu passado, mesmo depois das cirurgias: “Joana também sou eu e graças a ela me tornei o João que sempre fui”; ao me declarar num blog³ como transhomem⁴, enfatizando o trans como motivo de orgulho, ressaltando a importância de transcender o gênero e afirmando não querer ser um homem como definido por esta sociedade controladora, machista e misógina, já que a maioria prefere usar homem trans ou FTM (*Female to Male*), almejando se ‘encaixar’ no limitante binarismo sexual; ao defender o direito de um projeto de

³ Entrevista de João W Nery ao jornalista Neto Lucon. Disponível em: <<http://nlucon.blogspot.com.br/2012/04/entrevista-joao-nery.html>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

⁴ Simone Ávila, que usa os termos quando criou o site ‘Sou transhomem... e daí?’, em abril de 2010, explica as razões do uso em *Reflexões sobre igualdade, justiça e tecnologias no processo transsexualizador do Sistema Único de Saúde*, apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, (julho 2011, Curitiba) e em *Trans Day NIGS 2010: uma proposta científica, artística e acadêmica de metodologia – ação no campo da transsexualidade*, em coautoria com pesquisadores do NIGS (Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades) no V Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, I Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e I Encontro Nacional Gênero e Diversidade na Escola, realizado na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) (agosto 2011, Rio Grande). Um *e-book* foi publicado e está disponível em: <www.pettercoutho.com.br/ebook/>. Acesso em: 14 jun. 2013.

inseminação artificial (antes da pan-histerectomia), para uma possível gravidez dos transhomens, sem que com isso a identidade masculina ficasse comprometida; ao defender as várias orientações sexuais que uma transhomem pode assumir, em função do seu desejo; ao me posicionar contra a patologização, questionando os ‘científicos’ saberes biomédicos e jurídicos em relação às transidentidades⁵, confiando no princípio da integralidade do SUS.

Considero a transexualidade apenas como uma das várias formas de expressão da sexualidade humana – por meio de identificações de modelos de gênero, socialmente disponíveis –, sem nenhum caráter universal, natural, biológico ou genético.

Ativismo

Transhomens, assim como os outros termos de autodesignação – homens trans, FTM –, procuram dar visibilidade ao conflito entre características masculinas e femininas designadas/atribuídas/assignadas a partir da observação – anterior ou posterior ao nascimento – de órgãos genitais e a subjetividade do gênero das pessoas. Essas *transsubjetividades* ultrapassam o binarismo esperado, fissuram a heteronorma da sexualidade e negam que a anatomia dos corpos possa ser tomada como único destino possível.⁶

Declarar-me como transhomem, ter uma identidade inteligível, é imprescindível para que eu conquiste direitos, por meio de políticas públicas. Foi esse o meu intuito quando participei da fundação da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), em 30 de junho de 2012, hoje extinta, e do Instituto

⁵ As transidentidades abrangem uma série de opções em que uma pessoa sente o desejo de adotar, temporária ou permanentemente o comportamento e os atributos sociais de gênero (masculino ou feminino), em contradição com o sexo genital. Em alguns casos, este será o travestismo ocasional. Em outros, a pessoa pode viver alternadamente com duas identidades sociais, masculina e feminina. Ou, ainda, assumir uma posição intermediária, o gênero não marcado, ou viver plenamente no tipo de sexo oposto. Finalmente, algumas pessoas anseiam por uma modificação do corpo até a cirurgia de readequação sexual: aqui estamos falando especificamente de transexualidade.

⁶ NERY, João Walter; MEINBERG, Eduardo. *Transhomens no ciberespaço II: biopolíticas nos Tecnohomens*. 2013 (no prelo).

Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT),⁷ criado me meados de 2013, com um núcleo de pesquisa e produção acadêmica e que também vai trabalhar com formação política, incentivo à militância e controle social.

Dentre as principais propostas das pessoas trans, estão:

- A ampliação da rede ambulatorial e hospitalar, que hoje conta com apenas quatro unidades do SUS para fazer o processo transexualizador no país, sendo que só é realizada apenas uma cirurgia por mês em cada hospital. As filas são enormes e há transexuais esperando há mais de 10 anos. Os que procuram médicos particulares, geralmente esbarram com a exigência do laudo psiquiátrico, com a falta de recursos financeiros e com o despreparo de profissionais especializados para atendê-los. Sem autonomia, são obrigados a se sujeitarem a um protocolo 'científico', de caráter duvidoso, por dois anos e impedidos de terem qualquer decisão sobre como se definem e sobre alterações nos seus corpos. Ter uma identidade de gênero trans não se limita a realização de uma ou outra intervenção somática;
- A defesa do 3º Princípio de Yogyakarta:⁸ Ninguém deve ser obrigado a submeter-se a procedimentos médicos, incluindo cirurgia de redesignação sexual, 'esterilização' ou tratamento hormonal, como requisito para o reconhecimento legal de sua identidade de gênero;
- A aprovação de uma legislação específica que proteja e reconheça os direitos civis da população trans, que combata a discriminação e a retificação de prenome e gênero independente da realização da cirurgia de transgenitalização, de perícia médica e autorização judicial. O nome social, além de não vigorar na maioria dos Estados, não é cumprido como deveria. Para preencher esta lacuna, os deputados federais Jean Wyllys e Érika Kokay protocolaram na Câmara dos Deputados, em 20 de fevereiro de 2013, o projeto de lei n.º 5.002/13 com o nome de **Lei João W Nery – Lei de Identidade de**

⁷ Página no Facebook do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT): <www.facebook.com/institutoibrat>.

⁸ Princípios de Yogyakarta. Disponível em: <www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2013.

Gênero.⁹ O projeto de lei garante o direito do reconhecimento à identidade de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos ou psicológicos, cirurgias e hormonioterapias. Preserva todo o histórico do interessado, assegura o acesso à saúde no processo de transexualização, despatologiza as transidentidades para a assistência à saúde e preserva o direito à família frente às mudanças registrais. A psicoterapia, portanto, só será feita caso o requerente assim o desejar. O projeto foi feito se baseando na experiência da Lei de Identidade de Gênero argentina, com o incentivo, trabalho e engajamento de vários ativistas e, sobretudo, com as demandas levadas pela Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT);¹⁰

- O combate à transfobia nos espaços públicos e privados, tais como escolas, estabelecimentos de saúde e prisionais, banheiros públicos, delegacias, locais de internação coletiva, mercado de trabalho, famílias, entre outros;

- A despatologização ou despsiquiatrização das transidentidades com garantias da manutenção e ampliação da assistência à saúde integral nos sistemas público e privado

A transexualidade no DSM-5 – *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* –, de 2013, da Associação Americana de Psiquiatria e no CID 10 – Classificação Internacional de Doenças –, da Organização Mundial da Saúde (OMS) – que deverá ser revisto em 2015 –, passou a constar o termo ‘disforia’, em substituição a ‘transtorno de gênero’, entretanto, continuará a ser uma patologia. Ser um ‘disfórico de gênero’ pode ser cômodo para alguns trans, por isentá-lo da responsabilidade de ser o agenciador de suas possíveis causas, porém isso acarreta uma série de desconfortos: retira a autonomia de seus corpos, obrigando-os a um protocolo discutível, baseado numa visão de que o cisgênero é o normal; impõem aos não normativos – transgêneros – a se submeterem por dois anos a testes, psicoterapias, a responder questionários sexistas e ainda a se moldarem aos estereótipos dos profissionais, do que é ser masculino ou feminino, para

⁹ Lei João W Nery – Lei de Identidade de Gênero. Disponível em: <www.camara.gov.br/sileg/integras/1059446.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

¹⁰ NERY, João Walter. *De uma Viagem Solitária ao Ativismo*. 2013 (no prelo).

conseguirem um laudo para se operarem. Influencia negativamente, também, as crianças e adolescentes trans a se verem como doentes. E, por fim, o autoritarismo iguala a todos e não reconhece as diferenças.

Considerações finais

Devido aos diários pedidos de ajuda por meio das redes sociais, elaborei uma lista de profissionais especializados que pudesse atender às solicitações recebidas. Infelizmente só em uma universidade, em todo o país, na cidade de Assis, em São Paulo, existe a cadeira de Gênero e Sexualidade como obrigatória no currículo. Algumas outras a tem como eletiva. Portanto, há um desconhecimento e despreparo total no trato da população transgênera, seja de profissionais, como da sociedade em geral, começando pela família e escola, que não tem projetos políticos e pedagógicos para a diversidade sexual. As crianças e os adolescentes precisam de orientação e apoio emocional para enfrentar a homo/transfobia.

Devido ao fato de que vários universitários e pesquisadores passaram a escolher a transexualidade masculina como tema para seus trabalhos e teses, me solicitando depoimentos e indicações bibliográficas, constatei que haviam poucos artigos e livros sobre o assunto. A partir daí, retomei meus estudos sobre gênero e sexualidade e voltei a escrever, desta vez em parceria, inicialmente, com um pesquisador acadêmico,¹¹ sobre o tema ‘as transmasculinidades’. Trata-se de etnografias digitais, compartilhando as transexperiências – experiências políticas – no ciberespaço. As cartografias sobre tais vivências foram realizadas a partir de trabalho de inspiração etnográfica digital – marcado pela observação participante em fóruns e grupos da rede social Facebook. Com esses textos¹² pretendemos abrir novos diálogos e tornar visíveis as transvivências masculinas – cientes de que tais trabalhos não esgotarão o assunto.

¹¹ Eduardo Meinberg, doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em História pela Universidade de Santa Catarina (UDESC), especialista em Marketing e Comunicação Social pela Fundação Cásper Líbero. E-mail: edumeinberg@gmail.com

¹² *Transhomens no ciberespaço I e II*. 2013 (no prelo).

Finalizando, faço hoje, através do estabelecimento de uma rede de contatos, o primeiro levantamento dos transhomens no Brasil, classificado por estados.

Referências bibliográficas

LUCON, Neto. Entrevista de João W Nery ao jornalista Neto Lucon. Disponível em: <<http://nlucon.blogspot.com.br/2012/04/entrevista-joao-nery.html>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

NERY, João W. *Viagem Solitária – Memórias de um transexual trinta anos depois*. São Paulo: Editora Leya, 2011.

ONU. *Princípios de Yogyakarta*. 2007. Disponível em: <www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

WYLLYS, Jean; KOKAY, Érika. *Projeto de Lei n.º 5002/13. Lei João W Nery – Lei de Identidade de Gênero*. Disponível em: <www.camara.gov.br/sileg/integras/1059446.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.